



O EMPODERAMENTO DA MULHER NO CONTEXTO AGROECOLÓGICO

LARISSA BARRETO MACIEL¹

RESUMO

No que concerne à redução da desigualdade de gênero, há forte preocupação com a mulher no campo. A promoção da autonomia econômica das mulheres e de sua participação no meio rural, com o equilíbrio e a equidade entre homens e mulheres produtores, tem forte impacto na formação agroecológica, já que, atualmente, há um número crescente de famílias camponesas administradas por mulheres, em que elas se apresentam como “chefes” do grupo familiar e, não só isso, há também crescente necessidade de elas serem inseridas nas discussões e na participação de todo o movimento agroecológico, do qual fazem parte estruturante como membros do grupo familiar.

Segundo Solange Teles da Silva, “uma sociedade justa e relações sociais harmônicas são incompatíveis com o tipo de opressão sistemática de um grupo por outro, do homem em relação à mulher e a natureza”.

É uma luta contra a masculinidade e o patriarcado que ainda imperam no meio rural e que, ainda que de modo indireto, mostram-se como formas de violência contra as mulheres camponesas, podendo-se fazer, com essa promoção da autonomia feminina, um paralelo com a corrente filosófica citada por Capra do “ecofeminismo”. Sendo identificadas com a natureza e com a ideia materna da terra, “...os ecofeministas veem o conhecimento vivencial feminino como uma das fontes principais de uma visão ecológica da realidade” .

Assim, dentre as políticas públicas de apoio à mulher no contexto agroecológico estaria oferecer-lhes apoio e estrutura para que pudessem se organizar e formar frentes de trabalho, que reunissem seus esforços e seus conhecimentos no desenvolvimento da agricultura familiar e sustentável.

¹ Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUC-PR. Lari_bm@hotmail.com.

1. A questão de gênero – o feminismo como forma de autonomia e empoderamento

Tem-se aqui um primeiro porém: a generalização. Não se vai, ao longo do texto, se ponderar ou demonstrar situações de comunidades peculiares, as quais, estudadas pela antropologia, não são sociedades marcadamente patriarcais, mas que veem homens e mulheres como iguais, ou, ainda, têm a mulher como gênero dominante sobre os homens.²

Vai-se, aqui, analisar os traços essenciais das culturas ocidentais, na quais o homem sempre exerceu poder sobre a mulher; culturas tipicamente patriarcais – e que são a sua maioria – e nas quais a mulher está em uma situação de subordinação ao poder masculino, à força e ao domínio do gênero oposto.

Não há como negar que na história ocidental há inúmeros discursos, desde as mais antigas civilizações (como a Grécia Clássica, e na tradição judaico-cristã, com as figuras de Pandora e Eva), que legitimam as desigualdades entre homens e mulheres, sendo que tais civilizações tentavam demonstrar que a curiosidade das mulheres era a causadora da ruína da humanidade.³

Veja-se que há muito tempo, nas civilizações mais primitivas, as mulheres possuíam papel relevante na sociedade, sendo que as árvores e a natureza como um todo, eram tidos como símbolos essenciais do feminino. Porém, a Igreja e o Estado, e daí não se tem um período específico da civilização em que ocorreu, retiraram delas esse poder, típico das crenças pagãs, e:

...retiraram a humanidade da era matriarcal (Jakob, 1954) na direção do patriarcalismo (Morgan, 2000), com a substituição dos cultos antigos e instauração de uma nova ordem de poder, São especulações que não evidenciam a instituição da ordem matriarcal, porém, o que vale a pena destacar é o fato de que, com o início do mundo das cidades, das leis, dos governos, as mulheres foram alijadas do espaço público, da esfera do poder e decisões, permanecendo à sombra das honrarias e do prestígio; aliás, houve um deslocamento da honra da mulher, que agora reside no

² Ver, nesse sentido, MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2014. Nesse estudo, MEAD analisa a padronização e o comportamento sexual entre homens e mulheres das tribos Arapesh, que *“...exibiam uma personalidade que, fora de nossas preocupações historicamente limitadas, chamaríamos maternal em seus aspectos parentais e feminina em seus aspectos sexuais”* (pg. 267), na qual tanto homens como mulheres eram educados a serem não-agressivos, passivos, suscetíveis às necessidades alheias; Mundugumor que, ao revés, *“...homens e mulheres se desenvolviam como seres implacáveis, agressivos e positivamente sexuais, com um mínimo de aspectos carinhosos e maternais em sua personalidade”* (pgs. 267/268), e na qual tanto homens quanto mulheres possuíam personalidades fortes e violentas; ou, ainda, os Tchambuli, entre os quais havia *“verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente”* (fl. 268).

³ GARCIA, Carla Cristina, **Breve história do Feminismo**. 3ª ed. São Paulo: Claridade, 2015.

sexo impoluto. Com isso, a mulher se converte em um ser controlado, servil, oprimido e objeto de cobiça, conquista e caça.⁴

Simone Beauvoir, na introdução ao seu célebre estudo: “O Segundo Sexo”, torna a questão: o que é ser mulher?, um paradigma. Afinal, o que são efetivamente as mulheres? Qual seu papel social, como seres humanos? Não há, como diz a autora, como se negar a existência das mulheres, assim como não há como se negar a existência de negros, ou judeus. Todos são, em sua essência, seres humanos. Mas, diante do contexto posto pelo desenvolvimento social, são categorias “à parte”. Situam-se de modo singular. Há, para as mulheres, a necessidade de afirmar sua opinião, suas afirmações, “apesar de mulheres”, o que não é posto aos homens. A mulher, com isso, e no termo empregado pela autora, é “O Outro”, “...categoria (...) tão original quanto a própria existência” (pg. 17).⁵

Assim, enfatiza Beauvoir:

Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torna-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial.⁶

Há, portanto, uma situação de “sujeição das mulheres”, nos termos usados por Stuart Mill, já em 1869. O autor defendia, à época, a igualdade entre gêneros, e os direitos das mulheres, segundo o qual não existe qualquer justificativa para a desigualdade entre os gêneros do que o predomínio da lei do mais forte, já que não parte de qualquer outro princípio ou experiência social que não a da mera subordinação.⁷

E, com isso, diante de tais evidências, surgem, já em tempos recentes – porquanto a desigualdade predomina há tempos – os movimentos feministas.

Com o fim de promover os direitos das mulheres, pela primeira vez, por volta de 1911, surgiu o termo “feminismo”, nos Estados Unidos, com o fim de descrever movimentos das mulheres pelos seus direitos e liberdades, até então insurgentes.⁸

O feminismo é, portanto, uma tomada de consciência; um movimento das mulheres contra a opressão, o uso da força, sua situação de Outro diante dos homens. É a luta contra o

⁴ GARCIA, Loreley. **Meio ambiente & Gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012. Pgs. 22/23.

⁵ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

⁶ Idem, *Ibidem*, pgs. 30/31.

⁷ MILL, Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Editora Escala.

⁸ GARCIA, Carla Cristina, **Breve história do Feminismo**. 3ª ed. São Paulo: Claridade, 2015.

patriarcado e a sujeição a que são impostas em razão do fato de serem mulheres – é a emancipação do feminino e sua procura pela igualdade perante os homens.

Fato marcante do feminismo foi a morte de 129 mulheres em uma tecelagem norte-americana, em 8 de março de 1857, “*quando o dono da fábrica, diante da greve realizada pelas operárias, ateou fogo ao galpão com todas as mulheres presas dentro do prédio*”.⁹

Veja-se, ainda, a descrição feita por Bila Sorj:

O movimento feminista e os estudos feministas significaram um forte desafio ao artilho da cultura. Por um lado, deslocaram-se as explicações das diferenças que marcam a condição de mulheres e homens na sociedade do reino da natureza para o da cultura, ou seja, a discriminação entre os sexos não se encontra pré-determinada, enraizada na constituição do corpo humano, mas é socialmente construída. E, por outro, considerou-se que as diferenças sociais entre homens e mulheres, que parecem tão naturais quanto as diferenças biológicas entre os órgãos sexuais masculino e feminino e as funções reprodutivas, podem mudar e mudam.¹⁰

Daí que, diante desse contexto, é inegável que a questão de gênero, ou seja, da sujeição feminina ao masculino, e o império do patriarcado, são fatos presentes no contexto social. E, frente a isso, a luta das mulheres pela igualdade é cada dia mais relevante, considerando-se que hoje, no Brasil:

Nós somos 51,3 da população, nós somos ¼ da população jovem, 55,8% dos idosos, integramos 62 milhões de famílias e chefiamos 35% delas. Nós somos 52,7% da população em idade ativa e o segmento com mais estudo. Nenhum projeto de desenvolvimento, de crescimento sustentado e sustentável pode prescindir desse imenso ativo.¹¹

Ainda que hoje a força da corrente feminista se dê com mais força frente à igualdade entre gêneros (diferentemente do seu desenvolvimento, que era mais uma luta pela força das mulheres, o que levou muitas feministas a se contraporem aos homens, em evidente desejo de inversão de postos), fato é que existe uma diferença evidente entre homens e mulheres, quer seja na diferença de salários, de condições de desenvolvimento de atividades, ou mesmo de atividades familiares.

E, assim, imprescindível o empoderamento da mulher e sua autonomia, de forma que se possa, cada vez mais, alcançar a paridade entre gêneros, com iguais condições de trabalhos, salários e direitos e deveres sociais, profissionais e familiares.

⁹ Idem, pg. 15.

¹⁰ SORJ, Bila. **O feminino como metáfora da natureza**. Revista de Estudos Feministas. N. 0, vol 0, 1992.

¹¹ Dados acessíveis em Plataforma 20. **A sustentabilidade no feminino**. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, na web em: <http://hotsite.mma.gov.br/redemulheres/wp-content/uploads/plataforma-20-portugues.pdf>, acesso em 10/10/2015.

2. Gênero e meio ambiente – o Ecofeminismo.

A relação da mulher com a natureza (e o meio ambiente) é vista por algumas correntes feministas como um retrocesso, porque ressaltaria a condição biológica, de mãe, provedora, e conseqüentemente alheia à cultura e limitada às atividades domésticas da mulher.

Isso faz com que muitas, como Bila Sorj, por exemplo, critiquem e rechacem o Ecofeminismo, já que, nesse movimento, a mulher retomaria sua condição secundária e afastada do “mundo masculino”, ou seja, do mundo público, voltado à cultura, ao conhecimento, ao desenvolvimento de atividades, permanecendo restrita ao mundo privado, qual seja, do lar, das tarefas domésticas. Diz a referida autora que o “feminino da diferença” enfatiza a dualidade público x privado e desprestigia a igualdade e a influencia desses dois mundos.

Coloca SORJ, ainda, que:

Finalmente, a ênfase na dimensão natural do feminino deve ser tratada com muita cautela porque foi justamente ao redor desta idéia que se construiu um sistema de discriminações e exclusões, não apenas com relação ao gênero como também à raça e a vários povos. Mais ainda, atribuir ao natural uma dimensão absolutamente virtuosa é partilhar de uma visão romântica que desconhece que a natureza tanto pode ser fonte de vida como de morte, de criação como de destruição, de prazer como de sofrimento.¹²

Todavia, não é essa visão do Ecofeminismo, nem mesmo da relação de gênero com a natureza que se busca neste estudo, nem mesmo no Ecofeminismo da atualidade.

Como leciona Manuela Tavares,¹³ o termo Ecofeminismo, como relação entre mulher e natureza, surgiu em 1974, pela francesa Françoise d’Euabonne, a qual identificou o poder de controle das mulheres sobre seus corpos e sua fertilidade. A autora associava a opressão sobre as mulheres à opressão sobre a natureza, sendo que, à época, muitos movimentos basicamente feministas colocavam-se na luta contra resíduos tóxicos, centrais nucleares e bases militares.¹⁴

Em 1980, o derrame de Three Mile Island mobilizou muitas mulheres nos Estados Unidos, que promoveram uma conferência denominada “*As mulheres e a vida na Terra: uma*

¹² SORJ, Bila. Op. Cit.

¹³ TAVARES, Manuela. **Ecofeminismo (s)**. Disponível na web em http://www.cdofeminista.org/images/documentos/ECOFEMINISMO_Manuela_Tavares_5fev2014UF.pdf, acesso em 10/10/2015. A mesma referencia ao surgimento do Ecofeminismo fazem: MIES, Maria. SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. Halifax, Nova Scotia: Fernwood Publications, 1993; GARCIA, Loreley. Op. Cit..

¹⁴ TAVARES, Manuela. Op. Cit.

conferência sobre o Ecofeminismo na década de 80”¹⁵, na qual afirmaram que a devastação do planeta por grandes empresas e ameaças nucleares era, sim, um problema feminista e que a identificação dessas ameaças com a mentalidade masculina permitiria maior emancipação às mulheres, sendo que escreveu uma das organizadoras da conferência – Ynestra King:

O ecofeminismo trata da interligação e da abrangência da teoria e da prática. Reivindica a força e a integridade especiais de todas as coisas vivas. Para nós, *snail darter* deve ser considerado ao mesmo nível das necessidades hídricas de uma comunidade, a toninha e o apetite de atum e as criaturas em cima de quem o *Skylab* pode cair. Somos um movimento com uma identidade feminina e acreditamos que temos uma tarefa especial a desempenhar nesses tempos ameaçados. Vemos, como uma preocupação feminista, a devastação da Terra e dos seus habitantes pelos guerreiros empresariais e a ameaça do extermínio nuclear pelos guerreiros militares. É a mesma mentalidade machista, que nos negava o direito aos nossos próprios corpos e à nossa sexualidade, que depende de múltiplos sistemas de domínio e do poder de estado para obter o que pretende.¹⁶

A partir daí, surgiram diferentes manifestações do Ecofeminismo: Cultural/ Espiritual, Social/ Construtivista e Crítico.¹⁷

No primeiro, Ecofeminismo Cultural/Espiritual, há uma valorização da mulher e de seus conhecimentos espirituais e culturais, que a aproximam da Terra. Essa corrente traz consigo aproximações dos ciclos da natureza com a mulher, reforçando a maternidade e a ligação profunda entre seres humanos e natureza.¹⁸

O segundo, o Ecofeminismo Social/Construtivista, tem como principais representantes Val Plumwood, Maria Mies e Vandana Shiva, que acreditam que foram as condições impostas às mulheres que as aproximaram da natureza, fundamentando-se no fato de que a natureza estaria subordinada aos seres humanos, assim como as mulheres aos homens, e à estrutura patriarcal, sendo que o ecofeminismo surge justamente da conscientização da qualidade de vida sem consumismo.

Segundo Val Plumwood, citada por Regina Célia Di Ciommo:

O ecofeminismo sugere, portanto, uma terceira direção: o reconhecimento de que, apesar de o dualismo natureza–cultura ser um produto da cultura, podemos conscientemente escolher a aceitação da conexão mulher–natureza, participando da cultura, reconhecendo que a desvalorização da doação da vida tem consequências profundas para a ecologia e as mulheres. O ecofeminismo parece recolocar com originalidade antigas tensões entre igualdade e diferença. Não apenas aceita a diferença, mas afirma a especificidade e a valorização da mulher de forma inter-relacionada com a ecologia. Val Plumwood mostra que o novo paradigma oferecido

¹⁵ MIES, Maria. SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. Halifax, Nova Scotia: Fernwood Publications, 1993.

¹⁶ KING, Ynestra *apud* MIES, Maria. SHIVA, Vandana, *op. cit.*

¹⁷ TAVARES, Manuela. *Op. Cit.*

¹⁸ TAVARES, Manuela. *Op. Cit.*

pelo ecofeminismo não apenas examina a relação entre mulheres e natureza, mas elucida os mecanismos subjacentes que tecem uma teia de opressões que cruzam o gênero, classe, raça e o mundo natural. A perspectiva ecofeminista sobre mulheres e natureza envolve uma mudança no padrão de atitudes da “percepção arrogante” para a “percepção amorosa” do mundo não-humano. .¹⁹

Por fim, o terceiro, Ecofeminismo Crítico, há uma orientação para a ecojustiça e a sustentabilidade, em que se busca defender a igualdade, a autonomia, o diálogo, a ciência e a técnica, a universalização do cuidado a todos os seres humanos e à natureza.²⁰ Há, nessa corrente, uma ligação entre o feminismo e a natureza diferenciada: vê-se a importância do gênero e da natureza como uma forma de justiça social, de enfrentamento da força destrutiva da humanidade ao seu ponto de sustento que é, justamente, a natureza.

As mulheres com sensibilidade ecologista, em especial jovens, estarão no futuro nesta corrente. O ecofeminismo poderá ser um desafio para obter não só a igualdade mas um modelo social que não seja destruidor da base material da humanidade que é a Natureza.²¹

É a partir desta última corrente que se baseará este estudo: com a visão de que o ecofeminismo não compreende a mulher somente a partir de condição biológica e de cuidadora, mas sim compreende o gênero feminino a partir de suas relações diretas com o meio ambiente, e com o fato de que o desenvolvimento social, com base no patriarcado e na dominação masculina, acaba por solapar tanto os direitos das mulheres e seu reconhecimento como iguais no contexto social, como também parte para a destruição da natureza, o que decorre das ideias de dominação e subordinação.

Afirma-se aqui, portanto, que tanto a mulher, quanto a natureza, são inferiorizadas pela dependência e pela sujeição que lhes são impostas. Contudo, é necessário que ambas se sobreponham e ganhem evidência, para que exista consciência da necessária igualdade entre gêneros e, também, de respeito à natureza, em sua forma singular de preservação da vida e do sustento da humanidade.

Nesse sentido, Gabriela Rodriguez expôs em brilhante estudo, a partir da análise da Rio +20 e de seu tema, Ecologia Verde, o papel do ecofeminismo na atualidade – no contexto social e ambiental moderno. A autora não descarta a importância da aproximação da mulher à cultura, e à forma de emancipação feminina que ocorreu a partir dessa visão. Porém, segundo ela, na atualidade a visão do feminino deve ser estendida, porquanto também a natureza,

¹⁹ DI CIOMMO, Regina Célia. **Relações de Gênero, Meio Ambiente e a Teoria da Complexidade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

²⁰ TAVARES, Manuela. Op. Cit.

²¹ TAVARES, Manuela. Op. Cit.

explorada extensivamente pelas mesmas vicissitudes que é explorada a mulher, precisa de defesa, partindo-se, assim, da mesma premissa: do abuso dos mais fracos diante do poder dos mais fortes.²²

Segundo RODRIGUEZ:

Justamente esse formato de dominação do homem sobre a Natureza tem muita semelhança com a subordinação que o patriarcado impôs às mulheres, ao naturalizar seu papel e confinar sua atuação ao âmbito doméstico, transformando uma diferença – esta sim natural – em desigualdade social. A supremacia do Humano sobre o Natural se expressa num formato semelhante ao que assume a supremacia do Masculino sobre o Feminino, e compreender uma, ajuda a compreender a outra. Porém, é importante lembrar que “esta conexão das mulheres com a natureza tem-se prestado a uma romantização das mulheres como o bom, separadas de todas as ações ruins dos homens e da cultura. O problema é que a história, o poder, as mulheres e a natureza são muito mais complicados que isso”, e nesta comparação que consideramos pertinente, precisamos, ao mesmo tempo, fugir de visões de vitimização das mulheres como também de uma analogia simplista.

Com isso, a falta de consideração do trabalho das mulheres, realizado no âmbito doméstico, foi sempre menosprezado pelo sistema capitalista, o que as tornou subordinadas e desvalorizadas socialmente. Ainda, narra a autora:

Essa crise civilizatória da cultura masculina e ocidental dominante não pode-se enfrentar e muito menos resolver dentro dessa mesma cultura. As transformações necessárias do paradigma civilizatório requerem novas narrativas e estratégias alternativas à ordem constituída. Acreditamos que o ecofeminismo – como qualificado por Alicia Puleo, uma das pioneiras dessa formulação integradora das duas visões – deve ser entendido como um novo projeto ético e político.além de todos os problemas teóricos e práticos de um feminismo que se encontra em plena elaboração e debate acredito na validade de um projeto feminista ecologista crítico que coloque uma alternativa à crise de valores da atual sociedade consumista e individualista. As contribuições de dois pensamentos críticos – feminismo e ecologismo – nos oferecem a oportunidade de enfrentarmos não só a dominação das mulheres na sociedade patriarcal, mas também uma ideologia e estrutura de dominação da Natureza ligadas ao paradigma patriarcal do varão amo e guerreiro.²³

Assim, partindo de tal premissa – da importância da emancipação das mulheres e da natureza e de seu empoderamento perante a sociedade capitalista e de consumo – é que a visão sobre gênero e meio ambiente será considerada neste trabalho.

3. Notas sobre a agroecologia.

²² RODRIGUEZ, Graciela. **Eco-feminismo: superando a dicotomia natureza/cultura**. Disponível na web em <http://www.abong.org.br/final/download/ArtigoEcofeminismo.pdf>, acesso em 10/10/2015.

²³ RODRIGUEZ, Graciela. Op. cit.

A agroecologia faz parte de um contramovimento, que se opõe às formas intensivas, químicas e monoculturais de produção agrícola. É vista como uma ciência, com fundamento ético e sustentável, que procura assimilar as melhores influências do manejo agrícola correto e natural, apropriando-se do conhecimento de diversas outras ciências para sua própria estruturação, além do conhecimento das populações nativas e rurais.

É, assim, compreendida como a formação de um “organismo vivo”,²⁴ em que todos os fatores do meio ambiente se interligam e formam um sistema coeso e sustentável. Nas palavras de COSTABEBER e CAPORAL:

Ainda que possa parecer demasiado filosófico, nunca é demais enfatizar que a Agroecologia tem como um de seus princípios a questão da ética, tanto no sentido estrito, de uma nova relação com o outro, isto é, entre os seres humanos, como no sentido mais amplo da intervenção humana no meio ambiente. Ou seja, como nossa ação ou omissão pode afetar positiva e/ou negativamente a outras pessoas, aos animais ou à natureza.²⁵

Enrique Leff diz que o movimento agroecológico é um “novo paradigma produtivo”, em que são atrelados os conhecimentos das comunidades rurais e das populações tradicionais, de modo a se melhor conhecer os recursos naturais disponíveis e as melhores formas de manejo do solo, de se desenvolver um modelo agrícola sustentável, que respeite o meio ambiente e os conhecimentos tradicionais²⁶.

E o respeito à vida que o paradigma da Agroecologia pretende alcançar. Integrando conhecimentos de outras ciências com o saber ambiental, ela representa um passo além, que vê na Terra mais do que uma fonte de produção, mas um fim que deve ser preservado; compreende a dimensão ecológica da produção agrícola e procura suprir as carências alimentares humanas de forma equilibrada, ecologicamente adequada e respeitosa.

Assim, a Agroecologia se contrapõe aos métodos reducionistas e cartesianos da agricultura e procura coordenar diferentes ciências e conhecimentos ecologicamente adequados. É um “instrumento do desenvolvimento sustentável”, que orienta “para a construção de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável”²⁷. Ainda, o mesmo autor, Enrique Leff, menciona que:

²⁴ SCHMIDT, Götz. **A agricultura ecológica na Alemanha**. Desenvolvimento e meio ambiente, n. 6, p. 105-116, jul/dez, 2002. Editora UFPR.

²⁵ CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antonio. PAULUS, Gervásio. **Agroecologia. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, 2011, disponível na web em <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf>, acesso em 10.07.2012.

²⁶ LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan/mar, 2002, p. 36-51.

²⁷ LEFF, Enrique. **Op. cit.**

A Agroecologia é terra, instrumento e alma da produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciências, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo. (...) rememora os tempos em que o solo era suporte da vida e dos sentidos da existência, onde a terra era torrão e o cultivo era cultura; onde cada parcela tinha a singularidade que não só lhe outorgava uma localização geográfica e suas condições geofísicas e ecológicas, senão onde se assentavam identidades, onde os saberes se convertiam em habilidades e práticas para lavrar a terra e colher seus frutos.²⁸

Dessa forma, e em síntese, a Agroecologia é mais do que um modelo de agricultura: ela é uma ciência, um saber ambiental, que, envolvendo diversas outras áreas do conhecimento, instrumentaliza o desenvolvimento agrícola de forma sustentável.

Sua maior preocupação não se projeta simplesmente ao desenvolvimento de produtos orgânicos, “limpos”, mas vai além; visualiza o solo como um bem de importância ímpar, e que deve ser cuidado, preservado, de modo a atender as necessidades das presentes e das futuras gerações. Seu respeito à vida, como dizem Caporal, Costabeber e Paulus, a transforma num foco ético – de ética ambiental, em que se atende do meio ambiente e de suas relações e implicações sociais, econômicas e ecológicas em que está inserido e, ainda, em perspectiva mais ampla, de toda a Terra²⁹.

4. O empoderamento da mulher no contexto agroecológico.

Do que se tem, até este momento é que: ainda existe arraigada em nossa sociedade uma cultura de inferiorização do gênero feminino e de exploração da natureza, ambas pelo mesmo fundamento, qual seja, a superioridade masculina, que domina a cultura e a racionalização dos meios de produção; há necessidade de emancipação do feminino e da natureza, propósito este do movimento/filosofia do ecofeminismo crítico, mas não pela vitimização feminina, nem mesmo pela redução do gênero à natureza e às atividades domésticas, mas sim pela preservação integral e igualdade de todos os gêneros e, também, a consequente preservação do meio ambiente; a agroecologia é uma ciência, um saber ambiental, que procura preservar o meio ambiente e suas relações e implicações sociais, econômicas e ecológicas – de todos os seres humanos e da Natureza.

Ou seja, a agroecologia e a formação do saber ambiental contribui não só com o meio ambiente, mas vem em salvaguarda, inclusive, da emancipação feminina – de seu

²⁸ LEFF, Enrique. **Op. cit.**

²⁹ CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antonio. PAULUS, Gervásio. **Op. cit.**

empoderamento, do reconhecimento de sua força e do seu papel essencial para o desenvolvimento de todas as atividades agrícolas, em condição de igualdade aos homens.

Em recente publicação da ONU, pelo Dia Internacional das Mulheres Rurais, constou:

Segundo Ban Ki-moon, as mulheres rurais “são a espinha dorsal dos meios de vida sustentáveis”, garantindo a segurança alimentar de suas comunidades. Contudo, é necessário assegurar que elas também possam usufruir do desenvolvimento. Nos países emergentes, 43% da mão de obra rural é composta por mulheres, mas muitas delas não são proprietárias da terra onde trabalham, nem possuem qualquer expressão significativa nos governos locais.

Para a diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-NGCUKA, é fundamental combater as barreiras que impedem o acesso das mulheres rurais à educação, à assistência médica, a remédios e aos direitos reprodutivos e sexuais. Segundo indicadores dos Objetivos do Milênio, esse público ainda sofre desproporcionalmente com pobreza, violência e discriminação, em comparação com homens e mulheres que vivem nas cidades.³⁰

E veja-se que essa preocupação não é um problema recente, sendo que a necessidade de igualdade e de emancipação feminina no meio rural já veio descrita na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, de 1979, dessa forma:

Artigo 14 – 1. Os Estados-partes levarão em consideração os problemas específicos enfrentados pela mulher rural e o importante papel que desempenha na subsistência econômica de sua família, incluído seu trabalho em setores não-monetários da economia, e tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a aplicação dos dispositivos desta Convenção a mulheres das zonas rurais.

2. Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra mulheres nas zonas rurais, a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, que elas participem no desenvolvimento rural e dele beneficiem-se...³¹

Depois, a Declaração de Pequim, Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, de 1995, também tratou especificamente das mulheres do meio rural, consignando que:

26. Promover a independência econômica das mulheres, principalmente pelo trabalho, e eliminar a carga persistente e cada vez mais pesada que a pobreza faz recair sobre elas, enfrentando as causas estruturais da pobreza com reformas nas estruturas econômicas, de modo a assegurar a todas as mulheres, mesmo as das zonas rurais, a igualdade de acesso, como agentes vitais do desenvolvimento, aos recursos produtivos, às oportunidades e aos serviços públicos; (...)³²

³⁰ ONU-BRASIL. Disponível na *web* em <http://nacoesunidas.org/no-dia-internacional-das-mulheres-rurais-onu-destaca-necessidade-de-promover-igualdade-de-genero>. Acesso em 20/10/2015.

³¹ Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, 1979. Disponível na *web* em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10233.htm, acesso em 10/10/2015.

³² ONU MULHERES. Disponível na *web* em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim.pdf. Acesso em 20/10/2015.

Isso, porém, faz-se complexo porque, segundo Emma Siliprandi:

Estava claro que um dos pontos mais difíceis seria justamente a desconstrução do mito da família como um conjunto harmônico e integrado, em que todos exercem papéis complementares, *gerenciados* pelo homem. Essa visão idealizada escondia, na verdade, que a família era também um espaço onde se reproduziam relações desiguais de poder entre os homens e as mulheres. Porém, num momento em que se buscava justamente afirmar a *bondade intrínseca* do modelo de agricultura familiar, essa questão tornava-se delicada.³³

Além disso, não se pode deixar de ter em mente também a necessidade de se coibir a violência perpetuada contra as mulheres, que aparece tanto em agressões físicas, quanto psicológicas, em sua desestruturação como pessoas capazes de contribuir para o desenvolvimento também econômico de suas famílias, subordinando-as em papéis secundários e não tão relevantes dentro do seio familiar e da atividade produtiva.

A discriminação de gênero à qual as mulheres são subordinadas as coloca em posição inferior; são excluídas das discussões e dos espaços públicos porque, secundo a ótica masculina, suas obrigações estão restritas ao meio doméstico, sendo que as instituições e regulamentações acabam por privilegiar a participação dos homens em detrimento da plena inserção feminina no contexto agroecológico.

Rejane Medeiros bem sintetiza a desigualdade sexista, conforme se lê:

Mulheres e homens nascem iguais. Tornam-se desiguais fruto dessa construção que privilegia a representação social masculina. Desde que nascem, mulheres e homens são tratados de forma diferenciada, sendo que dos homens se exige um comportamento agressivo e racional, e das mulheres ações que demonstrem sensibilidade e emoção. Assim também se definem papéis diferenciados: os considerados masculinos são supervalorizados e os considerados femininos completamente desvalorizados.³⁴

Essa realidade, contudo, tende a mudar. Com o movimento das mulheres agricultoras e os movimentos feministas em geral há uma ampliação da luta das mulheres pela sua inserção nos diversos setores sociais.

³³ SILIPRANDI, Emma. **Um olhar feminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural.** *In:* Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.Org: Paulo Petersen. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 144.

³⁴ MEDEIROS, Rejane. **O combate à violência a partir da auto-organização das mulheres e da agroecologia.** *In:* Mulheres e Agroecologia. Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Vol. 1. Org. ActionAid Brasil. Grupo de Trabalhos Mulheres da ANA. Rio de Janeiro, 2010, p. 18.

Fizeram-se *feministas* por força da necessidade, porque no decorrer do processo perceberam a opressão de gênero, atentaram para o fato de que seu mais elementar direito de expressão e articulação era cerceado porque eram mulheres.³⁵

Muito embora as relações agrícolas sejam extremamente patriarcais e deem preferência à participação masculina, já existe uma grande mobilização feminina e legislativa, inclusive, cujo enfoque está, justamente, na valorização da participação da mulher e de seus conhecimentos para a qualidade e a produtividade da agricultura de bases agroecológicas. O inciso VII do artigo 3º do Decreto nº 7.794/2012 é um grande exemplo dessa valorização e do estímulo à participação feminina no campo, especialmente por meio da criação de políticas públicas de incentivo ao trabalho e aos conhecimentos das mulheres camponesas.

Outro exemplo de grande impacto, e que representa a força da participação feminina no campo, é a Marcha das Margaridas,³⁶ uma ação estratégica formada pelas mulheres trabalhadoras rurais que, já tendo sido realizada por quatro vezes (em 2000, 2003, 2007 e 2011, 2015), vem trazendo visibilidade, reconhecimento e ampliando a colaboração feminina no meio rural e social, possibilitando-lhes participação política e ampla cidadania.

Nesse movimento, as mulheres camponesas manifestam-se contra a pobreza, a fome, a miséria, as desigualdades sociais e denunciam as diversas formas de violência e de exploração feminina, procurando maior igualdade e reconhecimento do trabalho e da importância da mulher dentro das propriedades rurais. Seu principal ponto estratégico é a participação feminina no campo e a importância de se desenvolver a agricultura de forma mais saudável, livre de insumos químicos e mais equilibrada ambientalmente.

A participação feminina, portanto, é um dos focos que deve ser priorizado na política nacional de agroecologia. E não só por conta da ampliação do número de mulheres no campo e pela necessidade de se ampliar a mão-de-obra, mas sim porque as mulheres trazem consigo conhecimentos que vão muito além do tecnicismo masculino. Ações afirmativas que ampliem a participação da mulher no campo são essenciais para a construção da Agroecologia e para o fortalecimento dessa prática agrícola ambientalmente sustentável e equilibrada.

³⁵ SILIPRANDI, Emma. **Um olhar feminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural**. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Org: Paulo Petersen. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 149.

³⁶ O nome "Marcha das Margaridas" é uma homenagem a Margarida Maria Alves, trabalhadora rural e líder sindical que lutou bravamente pelo fim da exploração feminina, pela igualdade de direitos, contra o analfabetismo e pela reforma agrária, tendo sido assassinada pelos usineiros da Paraíba em agosto de 1983. Informações obtidas no site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, <http://www.contag.org.br/hotsites/margaridas/interna.php>. Acesso em 20.12.2012.

BIBLIOGRAFIA

- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular e Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOFF, Leonardo. O cuidado necessário. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.
- BRANDERBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Desenvolvimento e meio ambiente, n. 6, p. 11-28, jul/dez, 2002. Editora UFPR.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antonio. PAULUS, Gervásio. Agroecologia. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2011, disponível na web em <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf>, acesso em 10.07.2012.
- CAPRA, Frijot. Teia da Vida. São Paulo: Cultrix, 2007.
- CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. São Paulo: Gaia, 2010.
- DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de Gênero, Meio Ambiente e a Teoria da Complexidade. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.
- GARCIA, Carla Cristina, Breve história do Feminismo. 3ª ed. São Paulo: Claridade, 2015.
- GARCIA, Lorely. Meio ambiente e Gênero. São Paulo: Editora Senanc São Paulo, 2012.
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. A reconstrução ecológica da agricultura. Botucatu: Agroecológica, 2001, p. 20.
- LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan/mar, 2002.
- MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- MEDEIROS, Rejane. O combate à violência a partir da auto-organização das mulheres e da agroecologia. In Mulheres e Agroecologia. Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Vol. 1. Org. ActionAid Brasil. Grupo de Trabalhos Mulheres da ANA. Rio de Janeiro, 2010, p. 18.
- MIES, Maria. SHIVA, Vandana. Ecofeminism. Halifax, Nova Scotia: Fernwood Publications, 1993.
- MILL, Stuart. A sujeição das mulheres. São Paulo: Editora Escala.
- PACHECO, Maria Emília Lisboa. Em defesa da Agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero-Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.
- Plataforma 20. A sustentabilidade no feminino. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, na web em: <http://hotsite.mma.gov.br/redemulheres/wp-content/uploads/plataforma-20-portugues.pdf>, acesso em 10/10/2015.
- RODRIGUEZ, Graciela. Eco-feminismo: superando a dicotomia natureza/cultura. Disponível na web em <http://www.abong.org.br/final/download/ArtigoEcofeminismo.pdf>, acesso em 10/10/2015.

SCHMIDT, Götz. A agricultura ecológica na Alemanha. Desenvolvimento e meio ambiente, n. 6, p. 105-116, jul/dez, 2002. Editora UFPR.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar feminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Org: Paulo Petersen. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SILVA, Solange Teles da. Ato Administrativo Ambiental. In: Os caminhos do ato administrativo. Coord: MEDAUAR, Odete. SCHIRATO, Vitor Rhein. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Mulher e Meio Ambiente. In: Mulher, sociedade e direitos humanos. Org: BERTOLIN, Patrícia T. M.. ANDREUCCI, Ana Cláudia P. T. São Paulo: Ridel, 2010.

SORJ, Bila. O feminino como metáfora da natureza. Revista de Estudos Feministas. N. 0, vol 0, 1992.

TAVARES, Manuela. Ecofeminismo(s). Disponível na web em http://www.cdofeminista.org/images/documentos/ECOFEMINISMO_Manuela_Tavares_5fev2014UF.pdf, acesso em 10/10/2015.

WOOLF, Virginia. Profissões para mulheres e outros artigos feministas. São Paulo: L&PM, 2012.